



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM GOIÁS REVELADA POR DOCUMENTOS E PELA MEMÓRIA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS¹

Luana Rodrigues Nunes
Graduanda em pedagogia, bolsista de PIBIC.

Bruna Lorrany Silva
Graduada em Pedagogia pela UFG
Professora do CEPAE/UFG

Danielly Cardoso Silva
Graduada em Pedagogia pela UFG,
TAE no CEPAE/UFG

RESUMO

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Centro Memória Viva (CMV): Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás – Seduce/GO, desde o ano de 2011. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica sobre a história e memória da EJA, em Goiás, no período de 1973 até 2012, partindo principalmente dos documentos acessados em um depósito da secretaria e no Departamento de Expedição de Certificados, onde estão armazenadas mais de 300.000 (trezentas mil) fichas cadastrais dos jovens e adultos que demandaram participar dos Exames Supletivos, desde 1973, no Estado. Os documentos acessados, para produzir as reflexões deste banner, foram fichas de requerimento de inscrição nos Exames Supletivos, com os respectivos cadastros dos sujeitos que procuravam certificação através destes exames e as resoluções que tratam da oferta de EJA na rede estadual de ensino. O contexto da Educação de Jovens e Adultos no Estado de Goiás, identificado na pesquisa, revelou um descaso com o registro da história dessa modalidade de ensino, sobretudo, quando se trata dos períodos que antecederam à década de 1990. O levantamento dos dados e organização das fontes documentais, tem contribuído para melhor compreendermos o que, de fato, se fez e faz em Goiás na EJA. Dentre os resultados alcançados destacamos também a disponibilização dos documentos encontrados em ambiente virtual a partir do Banco de Dados do CMV para auxílio em futuras pesquisas, bem como as publicações e apresentações das pesquisas em eventos científicos da área da educação, ressaltando o valor da pesquisa documental e historiográfica para esta área.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, pesquisa documental, história e memória.

I CONTEXTUALIZANDO

Para compreender o contexto educacional da atualidade faz-se necessário buscar nos elementos do passado como a educação foi construída nos seus diferentes espaços, sejam eles formais ou informais. Neste sentido, as pesquisas em história da educação têm muito a contribuir com a análise das relações travadas no interior da escola, uma vez que essas são fruto de um processo construído historicamente.

¹ Trabalho orientado pela professora Dr^a Maria Margarida Machado, docente da Faculdade de Educação da UFG.



A partir dessa compreensão o projeto Centro Memória Viva (CMV) - Documentação e referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais, criado em 2010, busca localizar, tratar e organizar a documentação relativa a estes três eixos, datada do período de 1960 a 2010, no intuito de traçar uma linha histórica da educação de jovens e adultos e compreender como sua história contribuiu para sua constituição na atualidade. Desde o princípio a finalidade do projeto foi constituir um banco de dados digital sobre a memória e a documentação regional, uma vez que os projetos em Goiás encontram-se articulados com outros da Região Centro-Oeste, na tentativa de também constituir uma rede nacional.

Trata-se de memória viva, pois, além de recuperar registros das ações realizadas no passado em torno da educação popular, da EJA e dos movimentos sociais no Estado de Goiás, busca registrar fatos e acontecimentos que estão compondo essa trajetória histórica hoje, constituindo assim um acervo histórico para o futuro.

Atualmente o CMV em Goiás tem seis subprojetos em andamento, são eles: Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO; Pesquisa documental na Seduc² – GO: redescobrimo a história da EJA em Goiás, Educação de Jovens e Adultos na SME de Goiânia: história e memória; Experiências de Educação Popular e EJA realizadas direta ou indiretamente pela PUC Goiás de 1980 a 1990, Trajetórias de formação de lideranças dos setores populares em espaços de movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970, Educação como direito de todos: produção de conhecimento e valorização da diversidade para inclusão social. Sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, estes subprojetos são desenvolvidos com participação de docentes, alunos da graduação, pós-graduação, pesquisadores colaboradores e contam com a parceria da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME Goiânia), da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (Seduc) e com a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

O foco desse texto é divulgar resultados do subprojeto “Pesquisa documental na Seduc – GO: redescobrimo a história da EJA em Goiás”, uma síntese de cinco projetos de Iniciação

² A Seduc Goiás a partir do ano de 2015 passou a ser denominada Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, Seduc.



Científica intitulados: “Documentação da Educação de Jovens e Adultos na Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período de 1940 aos dias atuais”; “Análise do Ensino Supletivo em Goiás no período de 1971 a 1996” e “A experiência dos Exames Supletivos no contexto da política de EJA em Goiás- período de 1970 a 1996”, “A Experiência dos Exames Supletivos em Goiás no Contexto pós- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96” e “ A Adesão aos Exames Nacionais de Certificação de Jovens e Adultos em Goiás – O Fim dos Exames Supletivos” esses projetos foram desenvolvidos no período de 2011 a 2015, todos vinculados ao CMV, em parceria com um coletivo de pesquisadores, sendo que resultaram em dois trabalhos de conclusão de curso na Faculdade de Educação da UFG.

A partir da produção realizada nessas pesquisas o que se pretende com esse texto é apresentara metodologia de pesquisa adotada, a organização das fontes utilizadas, a concepção de educação adotada pelos pesquisadores, a experiência de pesquisa documental na Seduce e a partir dessa experiência que desafios estão postos aos pesquisadores que atuam no projeto CMV, especificamente no subprojeto destacado.

II OS CAMINHOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

O subprojeto “Pesquisa documental na Seduc – GO: redescobindo a história da EJA em Goiás” busca delinear as ações desenvolvidas pelo Estado perpassando os diferentes momentos históricos para compreender como a EJA foi tratada pelos órgãos oficiais a partir da pesquisa documental. As autoras Lüdke e André (1986) afirmavam na década de 1980 que esta forma de pesquisa era pouco explorada não só pela educação, mas também por outras áreas, um perfil diferente nas pesquisas atuais, uma vez quena atualidade já se encontra um número maior de pesquisas com este perfil de história e memória na educação, sendo “considerada uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” (idem, p. 38). Ou seja:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento



de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p.2)

Até as três primeiras décadas do século XX, ao se trabalhar com documentos era considerado como fonte apenas materiais que expressavam confiabilidade, de modo geral documentos escritos denominados “oficiais (LOPES e GALVÃO, 2001). Após a segunda metade do século XX esse conceito foi ampliado, sobretudo após a revolução documental, difundida principalmente por Le Goff ocorreu uma ampliação das fontes de modo que se passou a considerar imagens, escritos pessoais, músicas e outras fontes que antes desconsideradas.

O conceito de documento adotado pelos pesquisadores deste projeto abrange “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, p. 187; apud Lüdke e André, 1986).

Sendo assim são utilizadas diferentes fontes como documentos impressos, manuscritos, imagens e depoimentos em entrevistas. Os documentos, segundo Le Goff (1990), são um testemunho escrito do passado, um produto da sociedade, fabricados por homens mediados em relações de poder, presentes no contexto de produção visíveis em seu produto ainda que seja apenas um relato da memória. Para Le Goff o papel do pesquisador do campo histórico é recuperar, para além do texto escrito, as relações presentes no contexto de produção e assim compreender a forma como o presente foi construído pois:

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1990, p. 535)

A preservação das fontes é condição indispensável para esta forma de pesquisa sem condições de acesso e preservações das fontes (documentos, livros, imagens, vídeos, localização e disponibilidade dos sujeitos entrevistados) não é possível acessar os dados da memória. A importância desta preservação só tem sentido na disponibilização desses documentos a outros pesquisadores, para que estes possam contribuir na problematização das informações ali registradas. Esses documentos contribuem na compreensão de como a EJA se constituiu em Goiás no decorrer do tempo, uma vez que os momentos de transição governamental no Estado



eram marcados por ruptura das ações desenvolvidas pelo governante anterior e o descarte da documentação produzida por este, conforme destaca Machado (2001, p.19):

Há um reconhecimento, pelos próprios órgãos responsáveis por EJA no Estado, de uma falta de cuidado com a memória do que já fora realizado em Goiás, o que se revela, por exemplo, com a queima de arquivos, publicações e documentos durante a troca de uma gestão política, justificada pela necessidade de desocupar os espaços para melhor utilizá-los.

Visando uma organização documental do acervo localizado a equipe de pesquisadores planejou a catalogação documental pautada nas regras da Nobrade, Norma Brasileira de Descrição Arquivística (BRASIL, 2006), criada seguindo as orientações internacionais para organização de arquivos a General International Standard Archival Description (ISAD (G).

Entende-se que os critérios de classificação não sejam hierárquicos, seguindo, por exemplo, estrutura organizacional das entidades detentoras dos materiais, uma vez que tais estruturas tendem a mudar e comprometer a classificação. Sendo assim, o grupo adotou o conceito de tipologia documental de Lopez (1999) que:

[...] não seja pautado somente pelas funções dos documentos, mas também pelas espécies documentais, isto é um arranjo tipológico, requer o estabelecimento prévio de tipologias documentais específicas a cada modalidade de acervo, de acordo com sua própria natureza. (idem, p. 72)

Neste sentido, adotou-se como critério de organização a separação dos documentos em grupos nos quais estes são reunidos de acordo com tipo, função ou assunto. A catalogação do material combina conceitos da Nobrade com a necessidade das pesquisas em andamento. Os grupos organizacionais encontram-se dispostos em níveis hierarquizados, denominados: coleção/fundo, seção, série, dossiê e item.

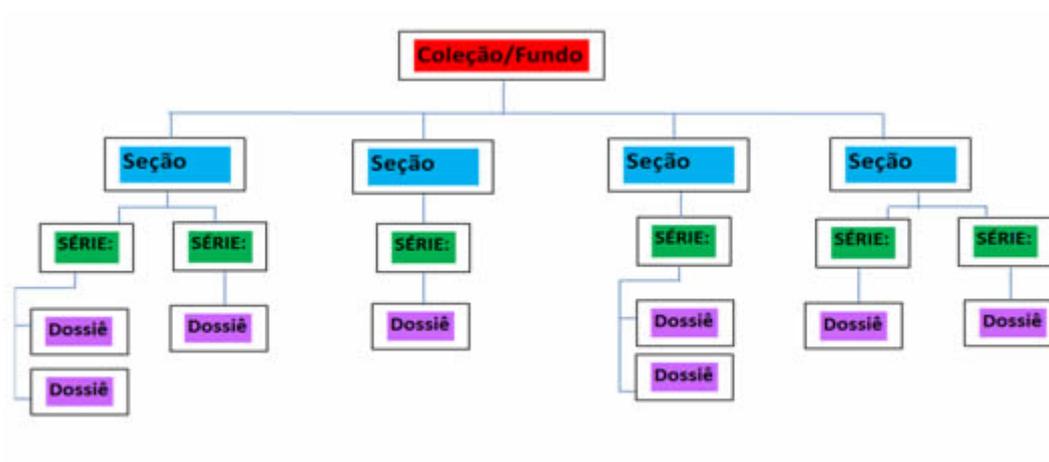
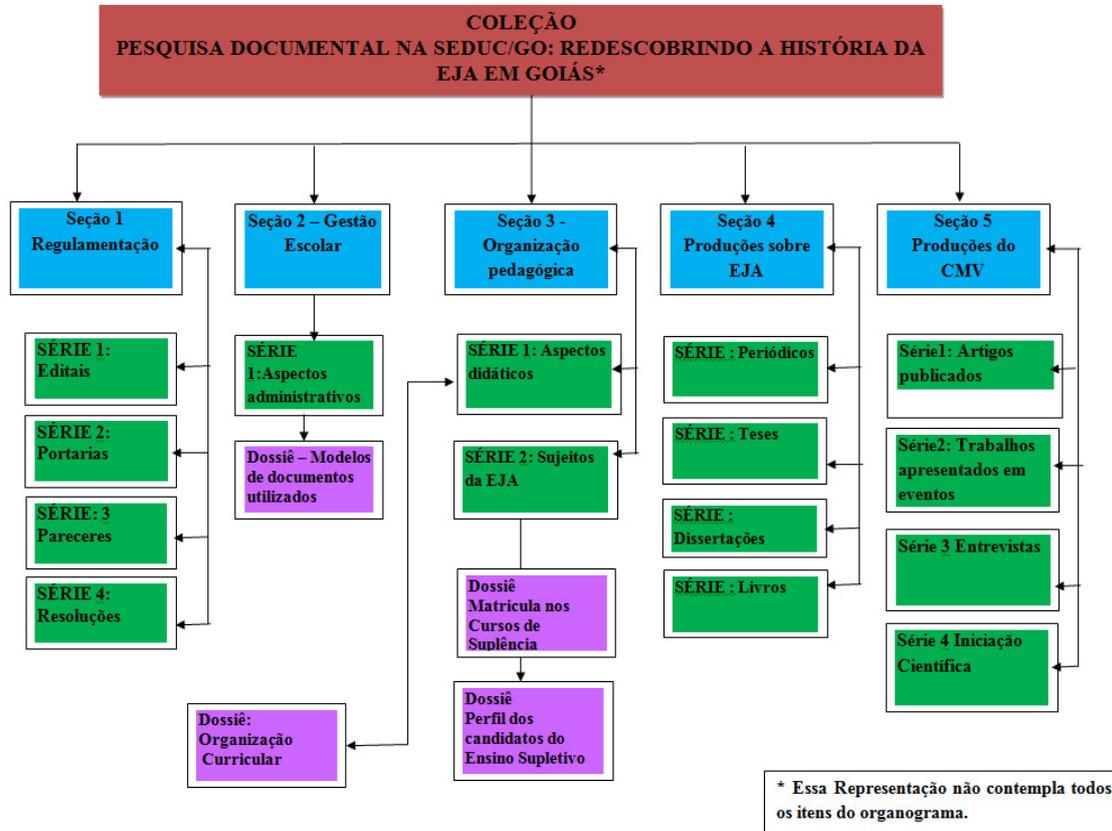


Figura 1: Modelo de organograma geral de classificação das pesquisas do CMV. Fonte: Acervo CMV GO

As pesquisas do subprojeto Pesquisa documental na Seduc – GO: redescobrimo a história da EJA em Goiás estão organizadas em uma coleção de mesmo nome que o subprojeto, pois os critérios de organização foram definidos pelos pesquisadores. Dispostos em cinco seções que procuram organizar os documentos que regulamentam a EJA no Estado de Goiás (Seção 1), a organização administrativa (Seção 2) e pedagógica das escolas (Seção 3), as produções sobre a temática no Estado de Goiás (Seção 4) e as produções dos pesquisadores e bolsistas do projeto apresentadas em eventos ou publicadas em livros e periódicos (Seção 5).



* Essa Representação não contempla todos os itens do organograma.

Figura 2: Organograma do subprojeto Pesquisa documental na Seduc – GO: redescobrimo a história da EJA em Goiás. Fonte: Acervo CMV GO

III UM POUCO DA EJA EM GOIÁS

Para compreender o objeto central das pesquisas do CMV, especificamente tratando dosubprojeto Pesquisa documental na Seduc – GO: redescobrimo a história da EJA em Goiás, é preciso discutir aqui o que é a Educação de Jovens e Adultos e qual a relevância dessa pesquisa para a educação na atualidade.

Compreendendo a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988) a concepção de Educação de Jovens e Adultos adotado pelo grupo é o presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira número 9.394/96 (BRASIL, 1996) que compreende a EJA como



modalidade educativa, um direito garantido pela constituição destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade na educação básica durante o período regular.

Pensar a EJA como modalidade educativa e como direito garantido pela constituição não é possível sem se pensar nas especificidades desse público. Há uma diversidade etária, sociocultural, geográfica, cognitiva, de gênero, dentre outras. Os sujeitos dessa modalidade são jovens, adultos, idosos “[...] que tiveram sua trajetória escolar interrompida ou impedida, que sofreram um processo de exclusão sociocultural que, em grande medida, condicionará sua (re)inclusão no ambiente escolar.” (EITERER E PEREIRA, 2009, p.74). Portanto apresentam características diversas do universo infanto-juvenil.

É necessário que as especificidades desse grupo sejam atendidas, não sendo apenas o cumprimento de um requisito formal. “Trata-se de um público com perfil socioeconômico e cultural peculiar, que tem o direito a uma formação humana, e não apenas um ensino conteudista, desvinculado da realidade social, restrito e focado em si mesmo.” (RODRIGUES E SCHVEEIDT, 2010, p. 03). Sendo assim é necessário que seja garantido aos trabalhadores condições de acesso e permanência na escola, mas que ao mesmo tempo não o reduza a condição de trabalhador.

Ao passo que a educação para eles é um direito, portanto, não é só o acesso, mas também a qualidade sócio-educacional necessária a sua emancipação. Uma educação com conhecimentos necessário ao exercício de sua cidadania. A LDB 9.394/96 garante o atendimento a esse público que não teve acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, por meio de cursos e exames. Porém, no Estado de Goiás, a partir de 2012 o exame Supletivo foi substituído por Exames Nacionais do Ensino Médio (ENEM).

IV PESQUISA DOCUMENTAL NA SEDUCE

Considerando as especificidades da modalidade pesquisada cabe esclarecer que o acesso a documentação da EJA em Goiás, só foi possível a partir da assinatura do Termo de Cooperação em pesquisa, entre a Seduce/GO e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), permitiu, até o momento, resgatar parte da história da EJA no Estado. Foram



também fundamentais, para a reconstituição apresentada neste texto, o acesso à documentação digitalizada do Conselho Estadual de Educação (CEE/GO), bem como as entrevistas com gestores que atuaram e atuam na rede estadual e estiveram à frente das iniciativas voltadas para a escolarização e certificação de jovens e adultos. O que se apresenta nessa parte do texto é uma reflexão acerca dos dados encontrados durante o processo de classificação e catalogação documental.

Esta pesquisa considera o passado como um aspecto importante para entender o presente, a educação de jovens e adultos só existe na atualidade como modalidade a partir de um longo processo de luta e mobilização social que possibilitou ampliar o olhar do Estado sobre essa modalidade. Essa ampliação se comprova pela documentação sobre o Ensino Supletivo, um projeto nacional desenvolvido a partir da década de 1970, cujo acervo documental se estende até o ano de 1996, indicando que foi uma ação mantida durante um longo período de tempo, provavelmente alcançando um grande número de pessoas, o que impulsionou a continuidade da pesquisa, com este recorte.

Percebeu-se com isso a necessidade de avançar pesquisando sobre os Exames Supletivos em Goiás. A partir das resoluções do CEE/GO o CMV/GO selecionou, no âmbito de suas atividades somente as resoluções que tratam de aspectos pertinentes à EJA, com foco nas resoluções que tratavam do Ensino Supletivo. Foram localizadas no âmbito dessa temática, de meados da década de 1980, a início de 2013 cerca de 80 resoluções publicadas e emitidas pelo CEE/GO e que regulamentavam diferentes aspectos relacionados aos cursos e exames supletivos: projetos desenvolvidos, organização do currículo e taxas a serem cobradas bem como seria a aplicação das provas.

Na análise do material foi possível perceber que os exames supletivos originaram-se na experiência dos exames de madureza, uma forma de certificação presente no Brasil desde o período do império. Segundo Haddad (1991), esses exames foram alvo de muita crítica, nas quais se afirmava que esse tipo de “prova” facilitava o ingresso no ensino superior, dessa forma, o



desenvolvimento dos cursos era prejudicado, uma vez que o aluno que ingressava na faculdade não tinha o devido preparo para permanecer no curso.

Com a Lei nº 5.692/71, os exames de madureza mudam sua nomenclatura, passando a se chamar, exames supletivos, com novas características integrando a política educacional do Regime Militar instaurado em 1964 com as intenções político educacionais da educação de adultos no período. O Ensino Supletivo tanto na modalidade de cursos quanto de exames visava suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tinham seguido ou concluído em idade própria. Bem como, os estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular.

Segundo Haddad (1991) muitos foram os estudos realizados nos anos 1970 e 1980 que analisavam a demanda pelos exames. Estas pesquisas abordavam as características e rendimento dos candidatos, as referências curriculares e o grau de exigência das provas, bem como, o desempenho dos egressos nos vestibulares de acesso ao ensino superior. Poucos são os estudos que abordam a análise das provas dos exames. Esse mesmo autor ainda destaca que a maioria dos candidatos que buscava a certificação do 2º Grau nos exames supletivos era jovem, a média de idade das pessoas que realizavam as provas era de 25 a 35 anos de idade. A pequena incidência de candidatos com idade mais avançada é explicada pela a estabilização profissional das pessoas acima de 35 anos, os poucos que o fazem declaram ser motivados por satisfação pessoal ou atualização.

Em sua pesquisa Haddad (1991) ainda destaca que os candidatos buscavam os exames ingressavam na escola na idade certa, mas devido aos altos índices de repetência acabavam evadindo e abandonando os estudos. Um dos motivos mais frequentes para o abandono da escola a necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento da família. Ainda são citadas outras motivações como: a falta de recursos para permanecer na escola, mudança de local de moradia, falta de vagas ou de escolas próximas à moradia. Somada as razões de ordem econômica e social encontram-se também razões pedagógicas como: falta de gosto pelos estudos, desinteresse, reprovações sucessivas. Mesmo apesar do abandono, os candidatos que procuravam os exames



supletivos sentiam-se motivados a continuar, no desejo de prosseguir com os estudos, e assim conquistar vagas melhores no mercado de trabalho.

Em entrevistas realizadas com ex-servidores e servidores da Seduce/GO, que trabalharam com exames supletivos na década de 1990, recolhemos alguns dados relevantes para compreender o funcionamento dos exames supletivos em Goiás. Uma das entrevistadas revelou que as inscrições para os exames eram feitas através de fichas que eram preenchidas pelos funcionários, sendo que as primeiras cidades a atender a demanda dos exames supletivos em Goiás foram: Goiânia, Anápolis, Aragarças, Campos Belos, Catalão, Formosa, Goianésia, Goiás, Iporá, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Palmeiras, Piranhas, Posse, Quirinópolis, Rio Verde, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Silvânia, Uruaçu.

Os exames eram oferecidos nas cidades polos e as provas eram transportadas em caixas lacradas, como a Secretaria não oferecia transporte, esta viagem era feita de ônibus. As provas eram elaboradas por profissionais especializados da educação, sendo dois professores por matéria. O órgão responsável, tanto pela elaboração, quanto pela correção dos exames era a coordenação dos exames supletivos, da Gerência de EJA, situada na Superintendência de Educação a Distância e Continuada (Seadec).

De acordo com a entrevistada, os exames eram pagos inicialmente, o que para ela, implicava num maior interesse dos candidatos em, efetivamente, comparecerem para as provas. Segundo ela, tinha-se a impressão que os candidatos viam no pagamento uma forma de obterem seus certificados com maior possibilidade de realização das provas.

Na análise da documentação, percebeu-se uma contradição dessa fala com análise das fontes identificadas. A Secretaria alegou como motivo da alteração da aplicação dos exames de semestrais para anuais, em razão do não comparecimento dos candidatos nas provas, o que gerava ônus para o Estado que preparava todo material que depois precisava ser descartado.

Durante pesquisa documental acessamos no acervo da Seduce/GO, fichas cadastrais dos Exames Supletivos de Goiás do período de 1973 a 2012. O acervo corresponde, aproximadamente, a 300 mil fichas cadastrais. Este projeto de pesquisa está buscando uma



parceria entre universidade, secretaria e empresa especializada em digitalização de acervos documentais, para o tratamento arquivístico desta documentação, para garantir a preservação dos dados relativos a esta importante estratégia de certificação que fora utilizada até o ano de 2012.

Diante da impossibilidade de negociação para o tratamento arquivístico destas fichas, optou-se por trabalhar, com uma amostra de 800 fichas cadastrais, coletando dados de 100 fichas de candidatos nos anos de 1973, 1975, 1979, 1980, 1985, 1989, 1993 e 1996. O acesso às fichas teve como objetivo traçar o perfil, dentre estes 800 dos candidatos aos exames supletivos de conclusão do 2º Grau em Goiás.

Durante a análise dos dados encontrados nas fichas cadastrais foi possível perceber características que marcaram o público que buscou os exames, por exemplo, nos quesitos de faixa etária, gênero, naturalidade, dentre outros. Como os dados são extensos para fins deste artigo, apresentaremos uma reflexão geral sobre estes três quesitos, seguida de comentários sobre as disciplinas mais procuradas pelos candidatos, suas aprovações e reprovações.

Para as reflexões dos dados geracionais, os candidatos foram agrupados nas faixas etárias entre 18 a 29 anos, 30 a 45 anos, 46 a 65 anos e acima de 66 anos, sendo que neste último recorte, nenhum candidato foi encontrado dentro da amostra. A análise dos dados nos possibilita afirmar que, uma das características da população que procurou por certificação de ensino, através dos exames em Goiás, entre essas três décadas, era a presença dos jovens de 18 a 29 anos, iniciando com percentual de 44% no ano de 1973, 75% em 1975, 64% em 1979, 75% em 1980, 80% em 1985, 70% em 1989, 51% em 1993 e 46% em 1996.

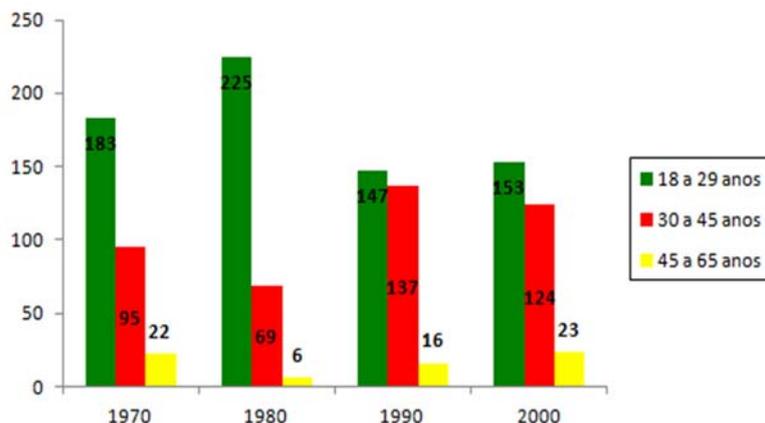


Gráfico 1 - Faixa etária dos candidatos aos Exames Supletivos em Goiás por década

Observa-se que há um movimento crescente de busca pelos jovens aos exames nas décadas de 1970 a 1980, sendo que esta tendência vai sofrer alterações a partir da década de 1990, quando começa a decrescer a procura pelos jovens de 18 a 29 anos. Na década de 1970 e 1980 o percentual de adultos, com idade entre 30 a 45 anos, que realizaram os exames era pequeno em relação à década de 1990, oscilando entre 43% em 1973, 21% em 1975, 31% em 1979, em 1980 chegou a 22%, em 1985 a 19% e, em 1989, a 28%. Já na década de 1990 o percentual de adultos que realizaram as provas era de 46%, em 1993 e 51% em 1996, sendo que neste mesmo ano outros 3% tem de 46 a 65 anos de idade.

Outros dados gerais acerca da situação da escolarização da população jovem no Brasil revelam uma melhora no acesso à Educação Básica, no período das décadas de 1970 a 1990, o que pode, em parte, explicar a redução da procura aos Exames Supletivos por parte dos jovens de 18 a 29 anos. Por outro lado, o Censo do IBGE do ano de 2010 apresentou uma tendência de envelhecimento da população brasileira, já observada na década de 1990. Esse fator de envelhecimento também implica numa busca de certificação pela escolaridade de adultos que ainda precisam disputar vagas no mercado de trabalho.

Assim o crescimento da taxa de adultos que procuraram tanto pelos exames como pela EJA também é explicado por Oliveira (2005) em seu artigo “Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem”, onde a autora apresenta a “exclusão” dos jovens da escola como

uma questão cultural que ocorre pelo fato dessas pessoas terem que trabalhar muito cedo e assim evadem das escolas, retornando mais tarde em busca de certificação encontrada nos Exames Supletivos.

Com relação à categoria gênero, observa-se um maior percentual de candidatos do sexo masculino que se inscreveram nos exames em 1973, o que corresponde a taxa de 81%. Na década de 1990 o percentual de mulheres que prestavam os exames começa a crescer, conforme gráfico abaixo:

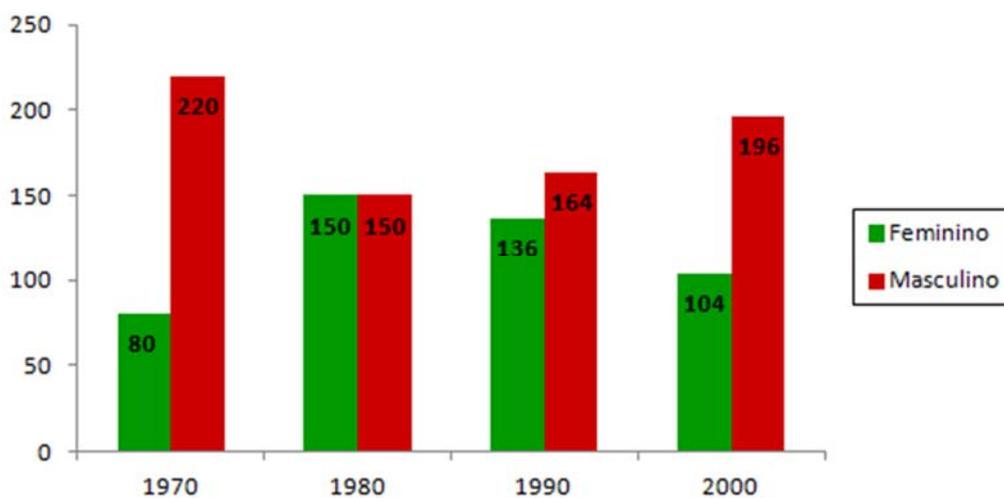


Gráfico 2 – Gênero dos candidatos aos exames supletivos em Goiás por década

No ano de 1975 a procura do gênero masculino permaneceu maior com 57%, sendo que na década seguinte o percentual de gênero quase equiparou entre masculino e feminino, com 57% e 43% respectivamente; em 1985, 60% do gênero masculino e 40% do gênero feminino; em 1989, 53% do gênero masculino e 47% do gênero feminino. Com isso se observa que para a mulher o retorno à escola demonstra ser sempre mais desafiador do que para os homens.

Essa realidade não foi uma tendência presente apenas nos dados referentes aos exames. Os dados referentes as matrículas do INEP no século XXI já indicam maior presença de mulheres, sobretudo nas classes do primeiro segmento da EJA demonstrando que essa tendência cresceu com o passar do tempo.

Acerca da origem dos candidatos notou-se um alto índice de sujeitos oriundos de outros estados da federação. A grande procura pelos Exames Supletivos em Goiás por migrantes nas décadas de 1970 e 1980 pode ser explicada pelo fluxo migratório da década de 1940, no qual muitas famílias mudaram para o estado para trabalhar em fazendas. Sendo que, em décadas posteriores, o movimento foi contrário, devido a redução da oferta de trabalho no campo esses trabalhadores retornam a cidade na tentativa de acesso à escolarização.

Só as grandes fazendas de pecuária extensiva dos coronéis tinham as condições para transportar seu excedente, especialmente o gado, conduzido por tropeiros, possibilitava aos fazendeiros o estabelecimento de elos comerciais entre Goiás, Minas e São Paulo, e trazia bons rendimentos para a arrecadação estadual. Portanto, representavam a forma de permanência do homem no campo e de ocupação do território goiano, delineando novos marcos e abrindo novas fronteiras econômicas. (RODRIGUES, 2007, p. 33).

Com isso, a população crescia aumentando a economia e também a necessidade de ampliação do acesso a escola. Além destes dados de perfil dos candidatos, a pesquisa documental possibilitou o acesso a informações relativas às disciplinas procuradas para certificação. Evidenciamos apenas as disciplinas mais procuradas nas décadas pesquisadas, sendo elas Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História.

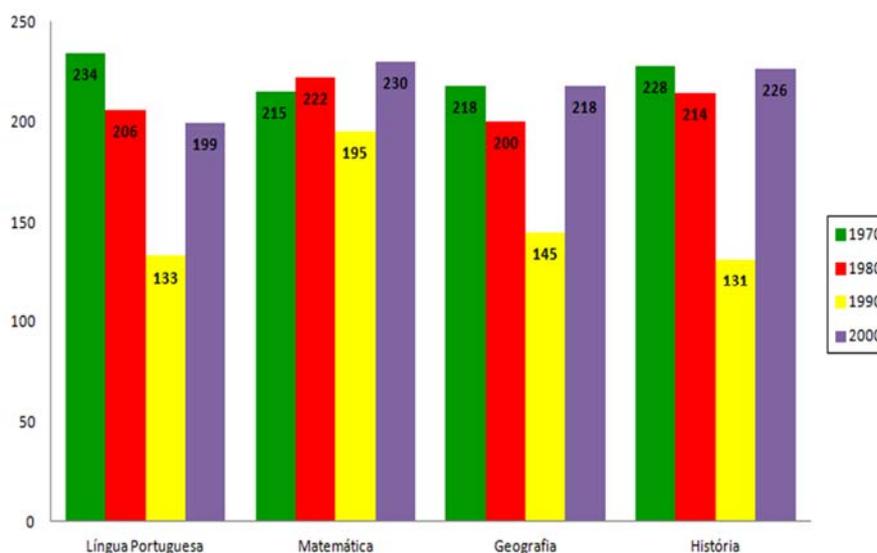


Gráfico 3 – Disciplinas mais procuradas nos Exames Supletivos das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.



A disciplina de Língua Portuguesa foi uma das disciplinas mais procuradas nas três décadas analisadas. O índice de reprovação nas décadas de 1970 e 1980 é considerado baixo, uma vez que alcança 27% em 1970 e 22% em 1980 se comparado com a década de 1990 quando observa-se um aumento na reprovação dos candidatos, chegando a 50%.

Na disciplina de Matemática diferentemente da disciplina de Língua Portuguesa, teve índices elevados de reprovação em quase todas décadas. Nas décadas de 1970, que correspondeu a 58% de reprovação, e, 1990 chegou a 86% de candidatos reprovados. Apenas na década de 1980 o índice de aprovação foi maior do que o de reprovação e mesmo assim foi considerado elevado. A partir do ano de 1989, ano em que foram implementadas as disciplinas de Biologia, Química e Física, o índice de reprovação nessas três disciplinas foi quase de 50% se comparado com o índice de aprovação.

A disciplina de Geografia demonstrou alto índice de aprovação nas décadas analisadas, sendo que em nenhum ano analisado o índice de reprovação se equiparou ao índice de aprovação. A disciplina de História, assim essa, teve índice elevado de aprovação nas décadas de 1970 e 1980, já na década de 1990 o índice de reprovação foi maior.

Na década de 1990, a Superintendência de Educação a Distância e Continuada, além destas denúncias em relação a cursos irregulares e vendas de diplomas, introduz um procedimento de avaliação interna após a realização dos exames:

Após cada Exame era realizada uma análise pedagógica, avaliando a execução do mesmo, especialmente ao que se refere aos programas das disciplinas e organização das provas, com o intuito de superar possíveis falhas e construir alternativas práticas que impossibilitassem a “fábrica de fracassos” dos candidatos. (ENTREVISTADA 4, 2013, p. 13).

Fato que demonstra uma preocupação da Secretaria em garantir organização na aplicação das provas. Na análise das 800 fichas não foram identificadas um índice significativo de abstenção ao exame, embora a Secretaria tenha usado esse argumento para a redução da oferta de exames de duas aplicações por ano para uma aplicação, a partir de 1998.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da organização documental, dentre os resultados alcançados pelo projeto da pesquisa Seduce destacamos os ganhos da disponibilização dos documentos em ambiente virtual a partir do Banco de Dados do CMV. Esse acesso hoje possibilita outros pesquisadores acessar fontes que podem contribuir em futuras pesquisas.



Figura 3: Página do Banco de Dados do Centro Memória Viva. Fonte: Acervo CMV/GO.

Esse banco de dados resulta de um processo de estudos e debates das pesquisas com foco em organização documental, iniciado em 2011 por toda equipe de integrantes do CMV. Em operação desde outubro de 2011, esse banco visa disponibilizar on-line todo material acessado pela pesquisa ao público para consulta. Do ponto de vista tecnológico o banco de dados utiliza 100% de ferramentas Open Source, software de utilização livre cujo código fonte é disponibilizado de forma gratuita. São ações que visam garantir ao público acesso àquilo que lhe é de direito uma vez que documentos públicos devem estar acessíveis e não em acervos particulares.

Do ponto de vista da análise dos dados presentes nos documentos, percebemos o quanto é importante concretizar a digitalização das quase 300 mil fichas que estão hoje no acervo da Seduce/GO. Os dados analisados no presente artigo, embora numerosos não representem uma amostra qualificada do perfil dos sujeitos, além disso, indicam questões fundamentais que poderiam explicitar indicadores significativos, tanto para a compreensão do público alvo da educação de jovens em Goiás na atualidade quanto desses candidatos que ao longo de quatro décadas buscaram nos exames esta certificação de escolaridade básica.



Essa percepção possibilitaria avaliar o papel dos Exames Supletivos no contexto da política de EJA deste Estado e os impactos de sua substituição por outros programas, uma vez que hoje os exames supletivos foram substituídos pelo Exame Nacional do Ensino Médio. O Enem diferente dos exames que eram feitos por disciplina é uma prova extensa de alto grau de complexidade, o que nos leva a questionar a possibilidade de certificação de sujeitos a tanto tempo longe da escola.

Apesar das críticas como o caráter aligeirado do Supletivo, não se pode negar a importância que os exames tiveram em Goiás para a certificação de muitos jovens e adultos. Nos depósitos da Seduce restam muitos documentos, que indicam uma potencialidade para a análise da história e memória da EJA no Estado, e para isso é preciso convencer o governo do Estado da importância dessa digitalização para que as informações pertinentes para pesquisas posteriores possam preservadas postadas no banco de dados do CMV/GO.

A partir das entrevistas realizadas com sujeitos envolvidos na política de EJA na Seduce/GO, percebe-se o quanto é importante continuar pesquisando e analisando documentos que nos remetem a história e memória dessa modalidade de ensino. As breves considerações aqui explicitadas acerca do ensino supletivos em Goiás são uma pequena amostra do potencial que a pesquisa documental tem para contribuir com a reconstituição histórica da política de EJA no Estado. Para além desta pesquisa que volta ao passado, compreendemos que uma iniciativa desta pode contribuir para uma discussão atual e futura da política de EJA que precisa ser assumida pelo Estado.

VI REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20/4/2012 23:37

_____. Congresso Nacional. **Lei n. 4.024, de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 20/4/2012 23:35.



Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: *Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

EITERER, C. L. e PEREIRA, M. A. Propostas de trabalho no currículo da EJA. In: **Presença Pedagógica**. V.15, nº 88, jul/ago. 2009. p. 71-76.

HADDAD, Sérgio. *Estado e educação de adultos*. Tese de Doutorado. FEUSP, SP: 1991. Volume 1 e 2.

_____. *O Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: INEP, 1987.

LE GOFF, J. Documento Monumento. In: **História e memória**. LE GOFF, J. Campinas, SP Editora

LOPEZ, A. P. A. **Tipologia Documental de Partidos e Associações Políticas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1999.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Fontes e História da Educação In: LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.77-96

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. M. **A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990**. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2005 (coleção educação para todos). Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Vol%2007_ed%202_Ed%20Diversidade.pdf. Acesso em 14/07/2014.

RODRIGUES, M. E. C. **Enraizamento de esperança: um estudo das bases teóricas e da prática do Movimento de Educação de Base em Goiás**. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Doutorado em Educação. Goiânia, 2007.

_____. SCHVEEIDT, M. . Educação de Jovens e Adultos: a formação do educador de jovens e adultos no Grupo de Estudos sobre Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (GEAJA). **Anais do XIX Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação**, 2010, Goiânia. Conhecimento e modernidade: novos e velhos desafios, 2010. p. 1-9.

SÁ- Silva, J. R.; Almeida C.D; e Guindani, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano 1, n. 1, julho de 2009.



Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo_Pesquisa%20documental.pdf.
Acesso em 28/9/2011 20:19.

ENTREVISTAS:

Entrevistada 1: funcionária da Seduce/GO, que trabalha com Exames Supletivos desde 1990.

Entrevistada 2: coordenadora do departamento pedagógico da Superintendência de Ensino Não Formal (Superfor) de 1993 até 2000. Gerente do departamento pedagógico da Superintendência de Educação a Distância de Goiás (Sued) em 2000. Gerente na Gerência Pedagógica de EJA de 2000 até 2008.

Entrevistado 3: técnico que trabalhou no Centro de Estudos Supletivos e na coordenação da Divisão de Ensino Supletivo da Delegacia Metropolitana de Goiânia de 1982 até 1997.

Entrevistada 4: técnica que trabalhou na Superintendência de Ensino Não Formal (Superfor) de 1995 até 2006.